

Histórico

Os primitivos habitantes da região foram os índios “carijós”. Seus aldeamentos localizavam-se na parte alta da cidade, no local onde se ergue hoje a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Embora tivessem sido perseguidos pelo branco na baixada do Rio de Janeiro de onde vieram, os índios “Carijós” não se mostraram hostis ao colonizador e desbravador da região, Tanto assim que cooperaram na construção da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O elemento indígena colaborou de modo quase nulo no desbravamento e colonização da região. Somente na construção da igreja matriz e de alguns prédios ajudaram os índios com o serviço braçal. Nesse município apenas o distrito de Itaverava herdou seu nome da língua indígena, ou seja, do tupi-guarani. Os desbravadores e colonizadores da região foram elementos portugueses e paulistas que, depois de várias tentativas infrutíferas, conseguiram penetrar nos sertões de Minas Gerais à procura de ouro e pedras preciosas.

Pertenciam à bandeira de D. Rodrigo que se havia amotinado contra seu comandante supremo, dada sua nacionalidade estrangeira. Localizavam-se ao pé da serra de Ouro Branco na região das Congonhas, que acharam muito aprazível, isto pelo ano de 1681. Estes desbravadores entraram em contacto com os índios” Carijós”, que anos antes fugiram da baixada do Rio de Janeiro e penetraram no interior, subindo pelo vale do Paraibuna e estabelecendo-se para dentro da Borda do Campo, numa região verdadeiramente estratégica: - nos altos de um contraforte da Mantiqueira, de onde, com a facilidade, poderiam espriar-se ou pelo vale do Rio Doce, ou descer para o Paraobebeba, ou mesmo tomar a direção do Rio Grande.

A tal acampamento de índios, assombrados com os horrores dos brancos do litoral, deram o nome de Campo Alegre dos Carijós.

A expedição de 1683, chefiada por Garcia Rodrigues, já com prática do sertão, porque, como genro de Fernão Dias, o acompanhara na sua famosa caça às esmeraldas, fracassou lamentavelmente, talvez, por ter-se intrometido muito pelo norte, beirando o Guaicuí, e deixando à sua direita e esquerda os veios auríferos.

Incontestável, entretanto, é que, daí por diante, entre os paulistas, principalmente entre os taubateanos, se arraigou a convicção da existência do ouro nos sertões dos cataguás. Parece que o encontro das primeiras pepitas auríferas se verificou no Tripuí, próximo do Campo Alegre dos Carijós.

Uma dessas expedições chegadas à região em busca de ouro do Tripuí, foi a de José Gomes de Oliveira, ajudado por Vicente Lopes, o qual, da Itaverava por diante, perdeu o rumo do Itacolomi tão próximo e acabou mandando pedir socorro a Taubaté.

Em seu auxílio partiu Antônio Rodrigues Arzão. Chegando, porém, a Itaverava tomou também caminhos errados, descendo o Piranga e indo dar ao rio Casca (1692) dali descendo o vale do Rio Doce até a vila do Espírito Santos, com resultados de algumas pintas de ouro que colheira ao pé da Pedra Menina. Antes de morrer, em São Paulo, logo depois de sua chegada, ainda teve tempo de confiar ao seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, o segredo da descoberta das pintas de ouro que trouxera do Tripuí. Bartolomeu Bueno de Siqueira rumou para Taubaté, e, com o auxílio de amigos, parentes de Miguel Garcia de Almeida Cunha, subiu em 1694, para Itavera, onde a bandeira se deteve e lançou plantações, para mais tranquilamente explorar e observar as redondezas, em busca do Itacolomi.

Essa bandeira constituiu o ponto de partida oficial da descoberta do ouro nas “gerais” e trouxe como consequência o povoamento intenso da região.

Esse primeiro ouro, regularmente manifestado, foi extraído dentro do território de Conselheiro Lafaiete.

As minas gerais do Cataguás, com o tempo, perderam o nome tão característico dos índios que habitavam a região e ficaram na história conhecidas apenas como as “Minas Gerais” capitania, província, e hoje Estado.

O nome dos primeiros habitantes desta região onde foi manifestado o primeiro ouro, ficou todavia gravado no modestíssimo arraial Catauá, perdido entre Lagoa Dourada e João Ribeiro (hoje Entre Rios de Minas), e que pertenceu outrora ao município de Conselheiro Lafaiete. Foi Também o nome da histórica Fazenda Engenho Velho dos Cataguá, que até 1939 pertencia ao município de Conselheiro Lafaiete e então passou para o de Lagoa Dourada.

A aldeia do Campo Alegre dos Carijós, localizada justamente no ponto de intercessão do país dos Cataguás e das Congonhas, constitui durante alguns anos, na fase estrepitosa e turbulenta que se seguiu à notícia exata dos primeiros descobertos, a entrada obrigatória para quem demandava Itaverava – meta dos bandeirantes que se seguiram a Bartolomeu Bueno e Miguel Garcia. Daí a razão do seu povoamento, importância e desenvolvimento, antes mesmo da Vila Rica, Mariana, Caeté, Pitangui e outros povoados que foram abertos com o trabalho das minas. O antigo aldeamento de índios Carijós, rapidamente se transformou num arraial de aventureiros de toda casta, predominante paulistas, que foram os pioneiros das descobertas.

As ondas bandeirantes eram atraídas pelas miragens, ou de Gualacha, ou do Ouro Prêto, ou do Tripuí, ou do Pitangui, de modo que, chegando ao Campo Alegre dos Carijós, e conferindo as notícias e rumos, tratavam logo de, rumar através da Itaverava, para o norte e o leste ou para o poente, atrás de veios e filões cada vez mais distantes, deixando, porém, de examinar, com atenção as redondezas do arraial. Os vales que escorrem da Serra de Ouro Branco e da Caixeta e descem pela região das Congonhas, passando rente aos limites do Campo Alegre dos Carijós, eram pisados constantemente pelos desbravadores que nenhuma importância deram, no começo, aos cascalhos e às areias dos córregos da Varginha, Ouro Branco, Soledade, Gagé e Maranhão, afluentes e subafluentes do Paraopeba, e onde, no meado do século XVIII, foram exploradas e extraídas quantidades formidáveis do precioso metal.

Quando tal ocorreu, os paulistas logo se apossaram das terras, e daí datam as primeiras concessões de terrenos aos mineradores Jeronimo Pimentel Salgado e Amaro Ribeiro.

O progresso e o povoamento da nova capitania que acabou desmembrada da de São Paulo, tal a importância das minerações para o erário lusitano, acarretou inevitavelmente para o poder público a necessidade de pôr em vigor leis e justiças regulares e criar zonas de administração local. O novo território foi então dividido e retalhado em comarcas e vilas.

Assim foram surgindo as vilas e comarcas de Mariana, Vila Rica, São José do Rio das Mortes e outras.

Por volta de 1790, quando o ouro diminuía em outras regiões da capitania e quando os quintos já viviam em sensível atraso, com ameaças de derrama e outras medidas fiscais draconianas, estava em pleno florescimento o trabalho das explorações.

Surgiu aí o fato curioso, que deu origem à criação da Vila, isto é, à autonomia administrativa deste recanto mineiro.

Justamente no arraial do Campo Alegre dos Carijós, e circunvizinhanças se entrecortavam os limites ao princípio das vilas e comarcas do Ribeirão do Carmo, Vila Rica e São José do Rio das Mortes. E disso resultavam não raro e repetidos incômodos, com graves transtornos para os particulares e para o poder público. Conflitos de jurisdição. Confusões judiciárias. Evasões contínuas de impostos. Impunidades constantes dos crimes, cujos autores saltavam propositadamente da alça de um juiz para outro.

O Governador Visconde de Barbacena atendendo a tão lamentável estado de coisas, que lhe foi bem exposto em súplicas verbais e escritas, submeteu as representações dos bons moradores do Campo alegre ao Conselho Ultramarinho e, por ato regular, à Rainha Dona Maria, foi servida de deferir, as duas sugestões, mandando criar a Real Vila de Queluz, o nome escolhido pelo fato de ter sido assinado o documento quando se achava a Rainha enferma, e no Palácio de Queluz.

Sucessivos desmembramentos e retaliações, com o correr dos anos, durante monarquia e a república, a bem do interesse público e acompanhado o desenvolvimento de outras localidades, reduziram muito a área do município.

Ainda assim, conserva, dentro das suas atuais lides, os marcos mais interessantes da história das minas gerais dos cataguás: - das Taipas à Itaverava, das margens do Piranga às do Paraopeba, o município encerra ainda o trecho do território mineiro onde se verificaram as mais palpitantes cenas de grande epopéia das descobertas do ouro, e onde a tenacidade indomável do paulista encontrou e documentou, por forma que a história conserva, o primeiro ouro das minas.

Em 1886, Queluz passou a ter foros de cidade, pela Lei provincial nº1276.

Pelo Decreto-lei nº 11274, de 27 de março de 1934, passou o município de Queluz a denominar-se Conselheiro Lafaiete, em homenagem à memória do grande jurista, político e homem de Estado, Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, que nasceu no município.

Desde que, no passado, a Estrada de Ferro Central do Brasil alcançou a cidade de Queluz, a estação dessa via férrea foi denominada Lafaiete, já em homenagem aquele eminente filho do município.

Dada essa circunstância e porque a estação está localizada na parte baixa da cidade, que é muito acidentada, o povo passou a denomina-la Lafaiete, e à parte alta, Queluz.

Pelo fato de existir a cidade de Queluz também em São Paulo, havia confusão nas correspondências. Essa circunstância atuou também para a mudança do nome de Queluz para Conselheiro Lafaiete.

A cidade tem no passado história relevante, sendo notável a página de heroísmo que assinala na Revolução Liberal de 1842.

A cidade destacou-se então como baluarte liberal, sofrendo as tropas legalistas, em Queluz, uma grande derrota.

Na era republicana destacou-se Conselheiro Lafaiete (então ainda Queluz) na memorável campanha civilista de Ruy Barbosa, em 1910.

Gentílico: lafaietense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Queluz, por ordem régia ou alvará de 1752, e lei estadual nº 14-09-1891.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Queluz, em 19-09-1790 ou alvará de 1791, desmembrado de São João Del Rei (Mais Tarde Tiradentes).

Pela lei provincial nº 184, de 03-04-1840, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Catas Altas da Noruega e anexado a vila de Queluz.

Pela lei provincial nº 767, de 02-05-1856, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Capela Nova das Dores e anexado a vila de Queluz.

Pela lei provincial nº 907, de 08-06-1858, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santo Amaro e anexado ao município a vila de Queluz.

Pela lei provincial nº 1048, de 06-07-1859, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Lamim e anexado a vila de Queluz.

Pela lei provincial nº 2085, de 24-12-1874, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santana do Morro do Chapéu e anexado a vila de Queluz.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Queluz, pela lei municipal 1276, de 02-01-1866.

Pela lei provincial nº 2848, de 25-10-1881, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Carrapicho e anexado ao município de Queluz.

Pela lei provincial nº 2944, de 23-09-1882, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Glória e anexado ao município de Queluz.

Pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Caetano do Paraopeba e anexado ao município de Queluz.

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, é criado o distrito de Cristiano Otoni e anexado ao município

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído 12 distritos: Queluz, Carrapicho, Catas Altas da Noruega, Capela Nova das Dores, Cristiano Otoni, Glória, Itaverava, Lamim, Morro do Chapéu, Redondo, Santo Amaro e São Caetano do Paraopeba.

Pela lei estadual nº 723, de 30-09-1918, o distrito de Glória tomou o nome de Caranaíba e o distrito de Redondo passou a chamar-se Alto Maranhão.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município aparece constituído de 13 distritos: Queluz, Alto Maranhão (ex-Redondo), Capela Nova das Dores,

Caranaíba (ex-Glória), Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamim, Santana do Morro do Chapéu (ex-Morro do Chapéu), Santo Amaro, São Caetano do Paraopeba, São João de Carrapicho (ex-Carrapicho),

Pela lei estadual nº 823, de -07-09-1923, o município de Queluz sofreu as seguintes modificações: desmembra do município de Queluz os distritos de Capela Nova das Dores e Caranaíba, para formar o novo município de Carandaí. E ainda pela mesma lei é extinto o distrito de São João do Carrapicho, sendo seu território anexado ao distrito de Itaverava do município de Queluz E os distritos de São Caetano do Paraopeba tomou o nome de Casa Grande e Santana do Morro do Chapéu passou a chamar-se Morro do Chapéu e ainda adquiriu do município de Ouro Preto o distrito de Congonhas do Campo.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 10 distritos: Queluz, Alto Maranhão, Casa Grande (ex-São Caetano do Paraopeba), Catas Altas da Noruega, Congonhas do Campo, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamin, Morro do Chapéu (ex-Santana do Morro do Chapéu) e Santo Amaro.

Pelo decreto-lei estadual nº 11274, de 27-03-1934, o município de Queluz tomou o nome de Conselheiro Lafaiete.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31 XII-1937, o município é constituído de 10 distritos: Conselheiro Lafaiete (ex-Queluz), Alto Maranhão, Casa Grande (ex-São Caetano do Paraopeba), Catas Altas da Noruega, Congonhas do Campo, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamin, Morro do Chapéu e Santo Amaro.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, o município sofreu as seguintes modificações: desmembra do município de Conselheiro Lafaiete o distrito de Congonhas do Campo. Elevado à categoria de município. E ainda os distritos de Lamim foi transferido do município de Conselheiro Lafaiete para o novo município de Rio Espera e Casa Grande para o município de Lagoa Dourada.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Conselheiro Lafaiete, Alto Maranhão, Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, o Morro do Chapéu e Santo Amaro.

Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de Alto Maranhão foi transferido do município de Conselheiro Lafaiete para o novo município de Congonhas do Campo e os distritos de Alto Maranhão tomou o nome de Catauá e Santo Amaro a chamar-se Queluzito.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 6 distritos: Conselheiro Lafaiete, Catas Altas da Noruega, Catauá (ex-Alto Maranhão), Cristiano Otoni, Itaverava, Queluzito (ex-Santo Amaro).

Pela lei estadual nº 336, de 27-12-1948, o distrito de Catauá teve sua denominação alterada para Santana dos Montes e o distrito de Queluzito teve sua grafia alterada para Queluzita.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 6 distritos: Conselheiro Lafaiete, Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Queluzita (ex-Queluzito) Santana dos Montes (ex-Catauá).

Pela lei estadual nº 1039, de 12-12-1953, são criados os distritos de Buarque de Macedo e Joselândia e anexados ao município de Conselheiro Lafaiete.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 8 distritos: Conselheiro Lafaiete, Buarque de Macedo, Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Jesulândia, Queluzita e Santana dos Montes.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembra do município de Conselheiro Lafaiete os distritos de Catas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Queluzita, todos elevados á categoria de município. E ainda pela mesma lei desmembra do município de Conselheiro Lafaiete os distritos de Santa dos Montes e Joselândia, para constituir o novo município de Santana dos Montes.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Conselheiro Lafaiete e Buarque de Macedo.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Queluz para conselheiro Lafaiete, alterado pelo decreto-lei estadual nº 11274, de 27-03-1934.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Volume XXIV ano 1958.